

**Poder Judiciário****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL****PORTARIA Nº 11, DE 29 DE JANEIRO DE 2008**

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, com base na Emenda Regimental nº 22, de 30 de novembro de 2007 e na Resolução nº 353, de 17 de janeiro de 2008, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 45, de 27 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, em 30 de março de 2007, página nº 164.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ELLEN GRACIE

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
SECRETARIA****DESPACHO DO DIRETOR-GERAL**

Em 29 de janeiro de 2008

Ratifico a dispensa de licitação, de acordo com o disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, para contratação da Imprensa Nacional, renovação de 31 assinaturas do Diário da Justiça, na versão impressa, no valor total de R\$ 15.591,50 (quinze mil, trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos). A despesa está fundamentada no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93.

SEBASTIÃO DUARTE FERRO

**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR****ATO NORMATIVO Nº 274, DE 29 DE JANEIRO DE 2008**

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O Ministro José Coelho Ferreira, Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar, no exercício da presidência,

Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO para o período de janeiro a dezembro de 2007.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 04.05.2000, observadas as prescrições da Portaria nº 574/STN, de 30.08.2007 e a Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28.08.2002, conforme quadro anexos.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ COELHO FERREIRA

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2007 a DEZEMBRO/2007

1.- LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 Meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	229.458	92	229.550
Pessoal Ativo	113.873	55	113.928
Sentenças Judiciais - Pessoal do Próprio Órgão	0	0	0
Sentenças Judiciais - Pessoal de Outros Órgãos e Entidades	0	0	0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	113.873	55	113.928
Pessoal Inativo e Pensionistas	115.585	37	115.622
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de contratos de Terceirização (Art. 18, § 1º Da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	117.779	0	117.779
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	6	0	6
Despesas de Exercícios Anteriores	9.800	0	9.800
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	107.973	0	107.973
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	111.679	92	111.771
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			386.681.857
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 100	0,028881%	0,000024%	0,028905 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,080726%			312.153
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,076690%			296.545

Observações:

- (1) Fonte dos dados: SIAFI 2007/CELULAS
- (2) RCL publicada pela Portaria nº 29/STN, de 18.01.2008.
- (3) Limite Prudencial - LRF = 0,076690% (alterados pela Resolução nº. 26/CNJ, de 05/12/2006)
- (4) Do valor de R\$17.679.386,13 relativos às Despesas de Exercícios Anteriores apurados no período, R\$7.879.084,68, foram pagos com recursos vinculados às fontes 156 e 169. Os quais integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (5) Do valor de R\$142.708,32 relativos a Despesas decorrentes de Decisão Judicial, apurados no período, R\$136.801,72, foram pagos com recursos vinculados à fonte 156 e 169. Os quais integram a linha: Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- (6) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2007 A DEZEMBRO DE 2007

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V R\$Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONIVEL	20.874.027	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	1.169.687
Disponibilidade Financeira	20.874.027	Depósitos	102.732
Caixa		Restos a Pagar Processados	184.046
Bancos	0	Do Exercício	75.905
Conta Movimento		De Exercícios Anteriores	108.141
Contas Vinculadas		Outras Obrigações Financeiras	882.909
Aplicações Financeiras		Débitos Diversos a Pagar	13.891
Outras Disponibilidades Financeiras	20.874.027	Recursos a liberar para Pág. de RP	869.018
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	19.976.799		
Recursos a Receber para Pagamento de Restos a Pagar	897.229		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.874.027</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.169.687</b>
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	19.704.341
<b>TOTAL</b>	<b>20.874.027</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20.874.027</b>
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			7.992.169
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			11.712.172
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONIVEL	0	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0
Caixa		Depósitos	
Bancos	0	Restos a Pagar Processados	0
Conta Movimento		Do Exercício	
Contas Vinculadas		De Exercícios Anteriores	
Outras Disponibilidades Financeiras	0	Outras Obrigações Financeiras	0
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO (VII)			
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			
<b>DEFICIT</b>	<b>0</b>	<b>SUPERAVIT</b>	<b>11.712.172</b>

FONTE: SIAFI/2007



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2007 A DEZEMBRO DE 2007

LRF, art.55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI R\$ milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscricao em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos Por Insuficiencia Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	108	89	7.992	11.712	-
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>89</b>	<b>7.992</b>	<b>11.712</b>	

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscricao em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos Por Insuficiencia Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
Custeios - Fonte 0100	108	89	7.992	11.712	-
<b>TOTAL</b>	<b>108</b>	<b>89</b>	<b>7.992</b>	<b>11.712</b>	

Fonte: SIAFI 2007/BALANCETE/CELULAS

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2007 a DEZEMBRO DE 2007

LRF, art. 48 - Anexo VII R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	111.771	0,028905 %
Limite Máximo ( incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	312.153	0,080726%
Limite Prudencial (§ único, art 22 da LRF)	296.545	0,076690%

  

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	7.992	11.712

Fonte: SIAFI 2007/BALANCETE/CELULAS

LRF, art. 55, inciso II:

Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.

LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas):

Min. JOSÉ COELHO FERREIRA  
Presidente do Tribunal  
Em exercício

MOZART ARRUDA CAVALCANTI  
Diretor-Geral  
Substituto

JORGE FELIPE DA CAL  
Secretário de Planejamento

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS**

**PORTARIA Nº 84, DE 29 DE JANEIRO DE 2008**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, do período de janeiro/2007 a dezembro/2007.

Des. JOVALDO DOS SANTOS AGUIAR

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO A DEZEMBRO/2007

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 - Anexo I	R\$ Milhares	
	DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA JANEIRO/2007 A DEZEMBRO/2007
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		47.052
Pessoal Ativo		41.724
Pessoal Inativo e Pensionistas		5.328
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)		8.016
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-
Decorrentes de Decisão Judicial		-
Despesas de Exercícios Anteriores		2.727
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		5.289
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (II) = (I-II)</b>		<b>39.036</b>
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV) <sup>1</sup>		386.681.857
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (II/IV)*100		0,010095
*LIMITE MÁXIMO (Inciso I do art. 20 da LRF) - % 0,016696		64.560
*LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - % 0,015861		61.332

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN n.º 29, de 18/01/2008.

-Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

No total da Despesa Bruta com pessoal estão computados os seguintes valores: (em R\$ Milhares)

a) Total concernente à modalidade de aplicação 91 (Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias): 5.187  
Do valor acima, referem-se à ação orçamentária 02.122.0570.09HB(Contribuição Previdenciária da União): 5.136

Des. JOVALDO DOS SANTOS AGUIAR  
Presidente do Tribunal

EBENEZER ALBUQUERQUE BEZERRA  
Diretor-Geral

EVANDRO DIB BOTELHO  
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

NABIHA MONASSA ABINADER DA ROCHA  
Coordenadora de Controle Interno